

POR ENTRE “MESTRES” E HISTORIADORAS O gênero da historiografia

BETWEEN “MASTERS” AND FEMALE HISTORIANS Gender in historiography

JOÃO VICTOR DA FONSECA OLIVEIRA¹

LAURA JAMAL CAIXETA²

RESUMO

A questão central deste trabalho ocupa-se em investigar a construção de (auto)imagens de historiadores(as), por Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende, na elaboração da imagem do “mestre” centrada em Fernand Braudel e Francisco Iglésias. Interessa-nos problematizar como as historiadoras constroem narrativas que fundam determinados sujeitos (homens) como “pais da história”. Através de Braudel e Iglésias, as historiadoras partilham uma operação semelhante, ao conformarem uma ideia do “historiador ideal” tanto por seus trabalhos historiográficos quanto por suas virtudes pessoais. É a forma de “ser historiador”, e não somente as práticas cotidianas de produção da história, que constitui o foco das suas narrativas. Desse modo, as performances corporais e escriturárias não podem prescindir da memória como espaço de elaboração dessas figuras e identidades historiadoras em (des)construção, servindo-nos como fontes privilegiadas para problematizar a dimensão de gênero na historiografia.

Palavras-chave: Gênero. Memória. História da Historiografia.

ABSTRACT

The central issue of this paper is to investigate the construction of (self)images of historians by Alice Piffer Canabrava and Maria Efigênia Lage de Resende in the production of the image of the “master” centered on Fernand Braudel and Francisco Iglésias. We are interested in discussing how historians construct narratives that found certain individuals (men) as “fathers of history”. Through Braudel and Iglésias, by conforming an idea of the “ideal historian” both for their historiographical works and for their personal virtues, Alice and Maria Efigênia

¹ Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor efetivo na rede estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). E-mail do autor: joao.vfonsecaoliveira@gmail.com.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Ensino Básico na rede privada. E-mail da autora: laurajamalc@gmail.com.

share a similar historical operation. It is the way of “being a historian”, and not just the daily practices of the production of history, which constitutes the focus of their narratives. Thus, bodily and scriptural performances cannot do without memory as a space for the elaboration of these historians figures and identities in (de)construction, serving us as privileged sources to problematize the gender dimension in historiography.

Keywords: Gender. Memory. History of Historiography.

INTRODUÇÃO

Minha premissa básica é que o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino. Se fecharmos os olhos e tentarmos conjecturar a imagem de um presidente ou - para passarmos ao âmbito do conhecimento - um professor, o que a maioria de nós vê não é uma mulher (BEARD, 2018).

O que, afinal, vemos na leitura do passado? O que essas leituras produzem nos imaginários das comunidades de experiência produzidas pelos(as) historiadores(as)? De que modo essas formas de se relacionar com o passado disciplinar e com suas performances produzem (auto)imagens generificadas? Problemas difíceis de serem solucionados, mas que merecem ser formulados a partir da história da historiografia e de seus encadeamentos.

Falamos, pois, de relações que não decorrem do vazio, mas que se constituem a partir de experiências concretas. Por isso, a questão central deste trabalho ocupa-se em investigar a construção da (auto)imagem de historiadores(as), promovida por Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende na elaboração da imagem do “mestre” centrada em Fernand Braudel e Francisco Iglésias, respectivamente. Interessa-nos problematizar de que modo e como as historiadoras constroem narrativas que fundam determinados sujeitos (homens) como “pais da história”.

A problematização que motiva este trabalho, parte da reflexão sobre como e por que os(as) historiadores(as) erigem figuras de um “historiador ideal”, a partir de algumas questões já levantadas por Hermann Paul (2011a). Desse modo, nos perguntamos: por que os(as) historiadores(as) falam sobre figuras paternas? Por que eles(as) desejam ver sua disciplina descender de grandes homens famosos? Quais são os vieses de gênero embutidos nessa operação?

Ou ainda, o que conta como história e quais figuras se constituem na elaboração historiográfica do “mestre”?

Os modos pelos quais a historiografia tentou afastar a subjetividade da prática científica relegou os documentos memoriais a um caráter suplementar e sob constante suspeita. Por outro lado, nas narrativas não canônicas, tais como os memoriais e os textos de memórias, vemos emergir um tipo de produção capaz não só de problematizar a relação dos(as) historiadores(as) com seu ofício, mas de produzir um campo reflexivo sobre as virtudes epistêmicas e morais que regem suas políticas e dentro das quais se organizam os investimentos pessoais daqueles(as) que escrevem história (OHARA, 2019).

Partimos da hipótese que reflexões como esta produzem outros modos de aprofundar as discussões de gênero como analítica da historiografia, e dos modos de constituição das práticas e da memória disciplinar.³ Ao mesmo tempo que nos leva a interrogar sobre seus efeitos.

1. UMA VIRADA HISTORIOGRÁFICA CONTRA A HISTORIOGRAFIA

Os estudos de gênero alcançaram espaço na historiografia brasileira a partir de um percurso permeado de tensões. A trajetória desse campo é intercalada com a virada epistemológica provocada por outro movimento intelectual contemporâneo: a História das Mulheres. Esse movimento emergiu no Brasil em meados da década de 1970, com alguns trabalhos que iriam mobilizar as categorias “mulheres”, “condição feminina”, entre outras, dentro de novos quadros de interpretação historiográfica. O objetivo era trazer à tona personagens históricos que permaneceram por muito tempo silenciadas pela produção intelectual centrada em um sujeito humano pretensamente universal (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 285).

Esses estudos emergiram com alguma antecedência nos Estados Unidos e na Europa, especialmente no pós-68, em resposta às demandas dos movimentos feministas e de mulheres. Motivados pelas fortes reações dos

³ Conforme as autoras, gênero “é estrutural e não um acessório, um agregado, um aspecto particular face ao geral que pode ou não ser introduzido à análise geral” (KUCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 77). O gênero é o primeiro organizador da vida social, por isso seu caráter estruturante.

movimentos feministas, esses estudos passaram a galgar legitimidade não só como reivindicação política, mas também como problema científico.

No Brasil, as relações entre os movimentos feministas - mas não só - e academia não foram tão claras assim. Paralelamente a literatura sugere que o aparecimento de estudos sobre as mulheres teve relação com o contato de acadêmicas brasileiras com esse campo em estágios no exterior, que desencadearam adesões senão ao feminismo, ao menos aos estudos sobre mulher; por outro lado, ressalta-se que uma das características desses estudos no Brasil foi a sua busca por integração à dinâmica da comunidade científica nacional, almejando dela o reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais e, portanto, desviando o caráter militante de seus estudos (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 6-9).

Certamente, diversas foram as preocupações de intelectuais envolvidos(as) na produção de estudos sobre as mulheres. Esse campo atraiu pesquisadores(as) de disciplinas variadas, em diferentes momentos de suas carreiras, e com distintas perspectivas teóricas e opções políticas. Mas algo é certo, esses(as) estudiosos(as) viveram sob intenso fogo cruzado: de um lado a comunidade acadêmica, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não uma mera denúncia militante; do outro lado, as feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho na causa coletiva. Militantes para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as militantes (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 6). Falamos, portanto, de um campo espinhoso desde sua emergência, que pontua sistematicamente a questão do posicionamento político na produção intelectual.

É nesse contexto que observa-se o desenvolvimento do campo de estudos de gênero, marcando uma nova virada epistemológica. A mobilização dessa categoria foi útil à ampliação da problemática, na rejeição do determinismo biológico, tornando enfáticos os aspectos relacionais da construção social do feminino e do masculino. Os estudos de gênero almejavam afastar o fantasma da naturalização e pontuar as hierarquias e assimetrias existentes nas relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990).

Contrariamente à suposta despolitização da temática, pela substituição dos termos “mulher” e “feminismos” pelo termo “gênero”, anteriormente apontada

por Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999, P. 188), a reflexão se deslocou para outros entendimentos. Para além da superficialidade dessa leitura, Joana Maria Pedro (2011), em diálogo com Joan Scott, sugere que a reflexão a partir de gênero, como categoria de análise, é também uma forma de fazer política, nesse caso no campo acadêmico.⁴

Essa tensão entre o feminismo militante e a produção de estudos sobre as mulheres e gênero na academia revela a resistência por parte da intelectualidade brasileira à entrada de problematizações estruturantes do trabalho intelectual. Nas ciências sociais, esses estudos encontraram maior abertura,⁵ inversamente, ao que se verificou na historiografia, nesse mesmo período.

À título de exemplo, entre 1970 e 1984, na USP, dos 46 trabalhos de mestrado e doutorado sobre "mulheres", somente 4 foram produzidos no Departamento de História, 33 nas Ciências Sociais, e os outros 9 desenvolvidos no Departamento de Letras. Outro dado expressivo desse desinteresse entre os historiadores diz respeito à criação de grupos de trabalho nas principais associações dessas duas áreas. Enquanto na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criado o GT "Mulher na Força de Trabalho", em 1978, na Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) o primeiro GT voltado a pensar questões relativas às mulheres e ao gênero, só apareceu em 2001, a partir da criação do GT Estudos de Gênero (POSSAS, 2014).

A trajetória costumeiramente 'cautelosa' da história e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem atrasaram em alguma medida o avanço das discussões (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 284). O campo foi se

⁴ Scott, em uma leitura do contexto norte-americano, apresenta uma análise que serve também ao caso brasileiro: alguns historiadores aplicaram o rótulo de "ideologia" nas pesquisas de historiadoras feministas, acusando-as de produzir um conhecimento oposto a uma investigação ideal, marcada pela neutralidade e isenção do autor (SCOTT, 1992. p. 77).

⁵ Nas ciências sociais esses estudos adentraram nas associações já ao final da década de 1970 (ANPOCS, ASESP, ABA). O seminário organizado no Rio de Janeiro, em 1978, "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina", deu origem inclusive a um GT na ANPOCS intitulado "Mulher na Força de Trabalho". Além disso, os núcleos de estudos que emergem na década de 1980 estão fundamentalmente associados às ciências sociais. NEDIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará; NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ; NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) ligado ao mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, entre outros (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

desenvolvendo e ampliando suas questões (referimo-nos ao desenvolvimento dos estudos *Queer* tanto no norte global quanto no sul, com Gloria Anzaldúa). Contudo, esses estudos ainda ocupam um espaço “guetizado” nos estudos históricos, costumeiramente produzidos por mulheres e tidos como questões secundárias.⁶ Como constata Maria da Glória Oliveira (2018), a história intelectual, incluindo a história da historiografia, permanece majoritariamente silenciosa quanto ao gênero e as contribuições intelectuais de “outros” que não os autores masculinos canonizados. É o silenciamento desses variados “outros” pelos cânones, e pela memória disciplinar, que mantém a condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual.

As discrepâncias de gênero se dão tanto no indicador de autoria, quanto no de temas e objetos dos trabalhos de história da historiografia. Excepcionalmente, alguns autores brasileiros vêm tematizando a trajetória de mulheres historiadoras num campo predominantemente centrado em trajetórias de historiadores e produções intelectuais de autoria masculina.⁷ Ou seja, mesmo que hoje tenhamos um campo robusto de pesquisas que tematizam a história das mulheres e o gênero, centrados na história social, com uma produção acadêmica consolidada, ainda pouco se analisam as atividades letradas e intelectuais de mulheres historiadoras.

Para superar essas fronteiras, precisamos não só desconstruir as lógicas de silenciamento na produção do cânone, mas também questionar o papel do gênero na produção do conhecimento histórico, dos modelos e das auto-imagens de historiadores, empreendendo um questionamento teórico mais radical das bases conceituais e premissas epistemológicas da história e da historiografia (SCOTT, 1990). Como parte desse exercício, nos propomos a pensar, a partir das historiadoras Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende, as questões aqui colocadas.

⁶ A permanente guetização dos estudos de gênero e sobre as mulheres, temas ainda tidos como específicos, carregam a marca da diferença e o estigma da particularidade (VARIKAS, 1994).

⁷ Alguns esforços podem ser identificados nas teses de Carmem Liblik em "Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)"; Otávio Erbereli Júnior em "A trajetória intelectual de Alice P. Canabrava (1935-1997)"; Daiane Vaz Machado "Por uma ‘ciência histórica’: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998)".

2. FERNAND BRAUDEL, “LE PRINCE CHARMANT”, E O MESTRE DE ALICE CANABRAVA

Nas décadas de 1980 e 1990, Alice Canabrava se propôs a desembaralhar os fios da memória em três ocasiões. Duas delas intermediadas por entrevistadores e a terceira marcada por uma escrita mais propriamente autobiográfica.⁸ Ao leitor atento, uma figura exibe-se com certo destaque nessas memórias: o reconhecido historiador francês Fernand Braudel.

Como aluna da segunda turma do curso de Geografia e História da USP, em 1935, Alice Canabrava teve intenso contato com os professores da chamada “missão francesa”. Dentre eles, ela ressaltava dois nomes de peso em sua formação: Pierre Monbeig e Fernand Braudel.⁹ Contudo, para Alice é ao último que cabe o título de Mestre, desse modo mesmo, com M maiúsculo. No texto de 1984, Alice distingua Braudel dos demais, destacando que a leitura de textos “pelo Mestre constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator” (CANABRAVA, 2005, p. 26). Ao longo de todo o extenso trecho, do qual destacamos apenas uma curta frase, Alice nem mesmo citou o nome de Braudel. Ela se refere a ele nas entrelinhas, conforme aparece no teor valorativo recorrente em outros textos, que se voltam, em tom elogioso, ao verdadeiro mestre historiador aos olhos de Alice Canabrava. Essa consideração nos leva às seguintes indagações: estaria a imagem e a prática do historiador, nas memórias de Alice, associada diretamente à Braudel como o tipo ideal? Quais atributos possuiria o francês para alcançar tal posto?

É fundamental considerar, em primeiro lugar, o momento no qual esses textos emergiram. Nas décadas de 1980 e 1990, Braudel já há algum tempo era

⁸ Em 1981, a historiadora concedeu uma entrevista ao projeto “Estudos Brasileiros”, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS/SP), coordenado por Ernani da Silva Bruno, que buscou colher depoimentos de intelectuais que se destacaram na pesquisa em Ciências Humanas sobre a realidade brasileira. O segundo, datado de 1984, é um depoimento sobre sua experiência enquanto mulher na FFCL, concedido em sessão especial durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Alice Canabrava proferiu seu depoimento ao lado de outras mulheres que se formaram na FFCL e se tornaram professoras na USP, reconhecidas nesse evento como “as pioneiras”. O último, intitulado “Minhas Reminiscências” (1997), foi resultado de uma entrevista concedida ao seu ex-orientando Flávio Saes, publicada na revista *Economia Aplicada*, quando Alice já estava com seus 86 anos.

⁹ “Tive dois grandes professores que influenciaram muito minha formação intelectual. O primeiro deles foi Paul Fernand Braudel. Ele ensinava e conquistava as pessoas pelo encantamento”. O outro, Monbeig, era “excelente professor [...] nos revelava uma nova Geografia” (CANABRAVA, 2005, p. 27).

tido mundialmente como um intelectual de destaque. Contudo, esse *status* de historiador consagrado e símbolo dos *Annales* só foi adquirido anos depois de sua passagem pelo Brasil. Mesmo que em seus esforços pessoais e profissionais Braudel tenha catalisado o “espírito” da renovação de Marc Bloch e Lucien Febvre, expresso nos *Annales d'histoire économique et sociale*, foi “sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960”, como sugere Paulo Martinez, que os frutos desse “espírito” foram mais expressivos (MARTINEZ, 2002, p. 13). O Braudel selo de distinção aparece apenas após 1947, quando o historiador se tornava diretor do *Annales*, dois anos antes da produção de sua tese sobre o mediterrâneo, que lhe garantiria a notoriedade do historiador das durações (COSTA, 2018, p. 26).

Ainda nessa preocupação com a temporalidade dos relatos, é importante lembrar que certa memória disciplinar uspiana estava se conformando nas décadas finais do século XX, buscando associar a “moderna”¹⁰ historiografia ali praticada aos princípios dos *Annales*. Sem dúvida, foi expressiva a recepção de instrumentos conceituais, metodologias e práticas de ensino nesse contato dos primeiros estudantes do curso de Geografia e História com os professores franceses. Contudo, uma suposta hegemonia da historiografia dos *Annales* no curso da USP precisa ser interrogada tanto pela presença e atuação de professores brasileiros nesse curso – como Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plínio Ayrosa, ligados a uma tendência que remontava ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, quanto pela consideração de que essas renovações não foram frutos exclusivos da orientação francesa.¹¹ Além disso, essa identificação do curso de história da USP com os *Annales* é feita quando estes já haviam conquistado notoriedade, no pós-guerra. Nas décadas de 1930 e 1940 os *Annales* ainda não tinham força tão expressiva para serem

¹⁰ Giselle Venâncio (2016), afirma que a partir dos anos 1950 observa-se no cenário historiográfico brasileiro a produção de vários balanços que objetivavam estabelecer “fronteiras entre o antigo e o novo em termos de escrita da história”. Os cursos de história emergentes nas décadas de 1930 e 1940 são tratados como os lugares de transição e de conformação da moderna historiografia brasileira. Trata-se, contudo, de uma disputa pelos sentidos do moderno e do tradicional na história.

¹¹ Elementos tidos como característicos de uma concepção “moderna” de história já estavam presentes em alguns autores brasileiros vinculados a outras instituições que não à universidade recém-criada. Vide Capistrano de Abreu, recorrentemente citado por Alice como o precursor de uma moderna historiografia brasileira (CANABRAVA, 1971).

considerados os únicos agentes que conformariam a produção historiográfica dos paulistas, como tendem a sugerir essas memórias (COSTA, 2018, p. 29).

Precisamos entender que a universidade nas décadas de 1930 e 1940 era ainda um espaço sem tradição e em disputa no qual uma série de tendências historiográficas habitaram. Contudo, vigorou na memória disciplinar, formada ao final do século XX, o modelo que se apresentou como moderno e se estabeleceu de forma mais longeva: o francês (COSTA, 2018, p. 100).

Alice, sem dúvida, é peça chave nessa produção memorialística. Em todos os seus textos aqui indicados a historiadora empreendeu uma valorização dessa “nova” forma de se produzir história, assentada nos métodos e teorias da *Nouvelle Histoire* dos *Annales*. Ao final da entrevista concedida em 1981 ao MIS/SP, por exemplo, Alice afirmava que ela e outros professores da USP eram “filhos da pesquisa histórica da França por causa dos grandes professores que tivemos”. Apesar desse anúncio de filiação aos *Annales*, recorrente em suas memórias, a historiadora empreendeu uma prática historiográfica que extrapolou em muito o diálogo com a corrente de pesquisa francesa. Alice Canabrava foi uma historiadora fronteiriça, entre mundos, localizando-se no entremedio entre uma produção propriamente universitária – tratada como moderna e *annalista* pela memória disciplinar uspiana – e aquilo que se produzia fora dessa emergente instituição – situado discursivamente no pólo da tradição (ERBERELI JR, 2014).

Integrando a primeira geração de historiadores formados na FFCL, Alice atuou ao lado de intelectuais como Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d’Oliveira França. Esta geração, como sugere Aryana Costa, teve papel mais expressivo como facilitadora das relações entre figuras como Febvre e Braudel com pesquisadores brasileiros, do que necessariamente na aplicação exclusiva de métodos de pesquisa ensinados por estes. A preocupação nesses textos de memória de Alice, portanto, é mais a de anunciar uma filiação do que de fato realizá-la exclusivamente.

Nesses anúncios de Alice, encontramos uma constante valorização da forma de ser historiador daquele que ela reivindicava como Mestre. É expressivo em suas memórias o realce que a historiadora concede às ações corriqueiras de pesquisa e ensino da história de Braudel:

O Prof. Braudel sempre repetia: ‘*penir dans les archives*’. Eu pessoalmente sempre repousei em documentos.

O Prof. Braudel dizia sempre que um bom artigo requer várias ‘edições’ para sair numa linguagem correta.

As fichas do Prof. Braudel não eram usadas no sentido horizontal mas verticais. Ao lado da ficha ele colocava um sinalzinho com a página e o número do catálogo de onde havia tirado o material. Eu aprendi muito ao ajudá-lo nesse trabalho.

Quando comecei a escrever, tinha letra muito grande. Braudel disse-me que deveria usar letra pequena, pois assim perdia-se menos tempo para escrever. A letra dele parecia um grão de areia (CANABRAVA, 1997, p. 160-162).

As referências ao francês não são casuais, ele é certamente o nome mais citado na entrevista de 1997. Tanto quando questionada sobre sua prática de pesquisa como quando indagada sobre sua prática docente, é a Braudel que Alice recorria. Não são suas obras as personagens centrais dessas memórias, mas sim sua prática historiadora: o estímulo à escrita em letras miúdas; o preenchimento da ficha de pesquisa; a insistente permanência nos arquivos; a releitura constante dos textos. No ensino ou na pesquisa, Alice sugere que Braudel foi, além de professor, seu mestre, modelo de historiador a ser seguido.

A noção de Braudel como mestre não é exclusiva às memórias de Alice. O historiador, para uma memória disciplinar mais ampla, aparece como uma espécie de “pai da história”, senão brasileira, certamente uspiana. Como sugere Hermann Paul, essa metáfora é conjuntural e em cada caso certos elementos são destacados para valorizar aquele que é eleito como patrono intelectual (PAUL, 2011b). No caso de Alice, em diálogo com essa memória, a valorização de Braudel está diretamente relacionada a um esforço de legitimação de certas práticas e modos de ser historiador. Braudel é lembrado por ela mais em função de uma certa personalidade acadêmica e práticas corriqueiras na pesquisa e ensino da história, do que por suas obras.

Em 1984, a caracterização da prática historiadora de Braudel por Alice esteve mais voltada ao ensino. E, talvez pelo estilo e a forma de uma escrita autobiográfica, mais poética também, a historiadora lançou mão de uma série de adjetivos para narrar a experiência que teve com o francês: “Aulas maravilhosas de História, cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil”. A adjetivação da figura de Braudel não parava por aí. O historiador, além de

apreciado por práticas corriqueiras do ensino e da pesquisa histórica, é lembrado também pela sua existência corporal, sua desenvoltura, seu trato e tudo aquilo que cobre esse corpo historiador.

O trecho que aqui lembramos começa exatamente com aquela citação destacada no início dessa seção:

a leitura destes [textos] pelo Mestre constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator: a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível ‘la suîte à la prochaine fois’ [...] Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa, firmou-se com respeito ao professor de História: ‘le prince charmant’.

Sim, encantador, não apenas pelo magnetismo das aulas, mas também pelo trato e aparência. Chegava para as aulas com luvas de couro, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno sempre escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia, todo o conjunto se coadunava em elegância sóbria. O refinamento no trato conjugava-se com a atitude espontânea e afável de nos deixar à vontade, em geral um tanto inibidas, a tropeçar em nosso francês mal falado (CANABRAVA, 2005, p. 26).

Outro elemento fundamental nessas memórias de Alice é certamente o papel do gênero na conformação da imagem de Braudel como o tipo historiador ideal. Após citá-lo como o Mestre, os atributos que ela garante ao francês estão exatamente ligados a uma *performance* corporal de Braudel, o princípio charmoso da historiografia francesa e brasileira. Preocupa-lhe destacar, para além da sua educação, a sua aparência, as roupas e a lide com elas que o historiador promovia.

O corpo está em questão nessa identidade historiadora produzida por Alice e é aqui entendido como produto do gênero e do poder. Efeito de investimentos socioeconômicos e históricos complexos, sutis e produtores de corpos sexuais. Sendo os gêneros incorporados performaticamente nos corpos, por reiterações contínuas, ele adquire vida nos sinais, nos gestos e nas roupas que os corpos exibem, em uma estilística definida como apropriada, estabilizando, dando visibilidade e a falsa ideia de naturalidade aos corpos-homens e corpos-mulheres (LAURETIS, 1987). Considerando, portanto, que o gênero é essa estilização repetida do corpo (BUTLER, 2020, p. 69), falar sobre a aparência de Braudel, estilizar as vestimentas que o historiador dispunha, é repetir e produzir um gênero ali.

Alice nessas memórias, produz a imagem do historiador ideal como um homem, que usa um terno sempre escuro de linhas perfeitas, com a gravata em harmonia e que, em um ato final de consagração da sua imagem quase sublime, retira suas luvas com naturalidade jogando-as sobre a mesa. Em suma, o gênero é também peça fundamental na constituição dessas identidades historiadoras.

3. “COM MÃO DE MESTRE”: MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE E FRANCISCO IGLÉSIAS

As diferentes temporalidades da memória, da escrita, da recordação do vivido, das instituições percorridas, da produção acadêmica, da vida pessoal, da percepção de sua própria temporalidade, e a dos outros, atravessam toda narrativa empenhada em dar um testemunho de si, por meio de uma *experiência historiadora*. Desse modo, poderíamos pensar com Beatriz Sarlo para quem a narração não só inscreve a experiência numa temporalidade, como também funda uma temporalidade (SARLO, 2007, p. 25). Assim sendo, temos como ponto de partida que a compreensão do vivido atravessa as formas de narrar, sem deixar de lado a pertinência de suas problematizações.

Destaca-se, aqui, um modo específico de recordação do vivido que tem em seu centro a produção de figuras ou a escolha de obras de grande influência, a partir das quais procura-se pensar modelos e práticas envolvidas na produção do conhecimento histórico, em determinados contextos. Não raro, é pela evocação desses modelos e através das características escolhidas para a caracterização dessas práticas, que muitas historiadoras e historiadores recuperam os sentidos de suas próprias experiências de formação. No jogo entre a temporalidade do objeto recordado e a temporalidade de quem se lembra, são as marcas da recordação que nos permitem interrogar sobre seus efeitos.

Maria Efigênia Lage de Resende¹² pode ser tomada como expressão desse exercício. Pertencente a geração posterior a de Alice Canabrava, a

¹² Professora emérita da UFMG, Maria Efigênia Lage de Resende foi membro do IHGB e Superintendente do Arquivo Público Mineiro (APM). Co-autora da Coleção “História de Minas Gerais”, e da coleção de livros sobre história do Brasil e livros didáticos (de 5^a a 8^a séries), dentre outros; atuou na reorganização do currículo do Curso de História, da UFMG, e na Implantação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Ouro Preto; Coordenou pesquisas e publicações em torno da história do Brasil colonial e republicano, com ênfase na

historiadora formou sua concepção de ensino e pesquisa na esteira dos debates da Reforma Universitária, ocorridos no país, sobretudo, na década de 1960. A geração de Maria Efigênia participou da depuração de práticas em torno de como se deveria escrever, ensinar e pesquisar História, nos quadros da historiografia acadêmica universitária. Associando sua prática docente em escolas do ensino secundário aos intensos debates em torno das concepções e da produção do conhecimento histórico, compôs seu repertório em uma universidade em trânsito.

Sua trajetória foi fortemente influenciada pela historiografia francesa, especialmente pelos autores da École des Annales. Mas não só. Oneyr Baranda, Daniel Valle Ribeiro, José Murilo de Carvalho, Orlando de Carvalho, dentre outros, aparecem mencionados em seu memorial (RESENDE, 1991b). Destacam-se, ainda, José Honório Rodrigues e, notadamente, Francisco Iglésias, cujos modelos de atuação e produção historiográfica influíram significativamente em seus trabalhos. Sem deixar de lado os termos dessas influências e sem ignorar outras tantas que participaram da sua formação, chama atenção o modo como ela constrói sua narrativa em torno do historiador Francisco Iglésias.¹³

Ainda que separados pela geração e pelo tempo, há muitos elementos em comum nas trajetórias de Francisco Iglésias e Maria Efigênia. Nascidos do interior de Minas Gerais, Pirapora e Guanhães, respectivamente, retornaram poucas vezes a suas cidades de origem. Ambos nutriam grande admiração por alguns professores que tiveram na escola secundária e deles se recordavam com frequência. Também publicaram livros didáticos para escolas secundárias e tinham duras críticas aos modelos de formação que tiveram no curso de Graduação, no interior da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Conviveram com referências comuns, entre elas, o professor Amaro

história de Minas Gerais, e ainda em torno da memória institucional da UFMG, tais como: Coleção Memória de Reitores (1961-1990) – publicado em 1998, a história da Fundação Mendes Pimentel (FUMP), dentre outros; além de ter sido responsável pela organização do arquivo, até então mantido em sigilo, da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), instalada na UFMG pela Ditadura civil-militar. Entrou, como aluna do curso de História, na Universidade de Minas Gerais, em 1958.

¹³ Para a historiadora Alessandra Santos, a participação exclusiva da professora Maria Efigênia nas homenagens e textos ao historiador se deve a sua relação de amizade, em um momento em que a nova geração embora reconhecesse Iglésias como um modelo de professor e de intelectual íntegro, já não via nele um modelo atualizado de historiador (SANTOS, 2017, p. 19).

Xisto de Queiroz, colega de Iglésias e professor de Maria Efigênia, desde o ensino secundário no Colégio Municipal de Belo Horizonte (e de quem nutria grande admiração por suas "aulas brilhantes").

Em diferentes momentos de sua trajetória, Maria Efigênia aceitou a incumbência de falar de Francisco Iglésias. Entre conferências, homenagens, análises e entrevistas, Iglésias foi grafado pela historiadora em, pelo menos, dois textos escritos na década de 1990 (1991; 1996) e outro escrito já após a morte do historiador, publicado em 2002.¹⁴

Na entrevista realizada em parceria com Roberto Barros de Carvalho (da Revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciéncia), Iglesias aparece descrito em seu "perfil" como o "escritor da história". Na introdução da entrevista, as duas características destacadas para apresentá-lo são aquelas que os escritores Mário de Andrade e Affonso Ávila, respectivamente, lhe conferiram: "O protótipo do mineiro culto", "Esguio de físico, apurado nas maneiras, reflexivo por temperamento, ponderado por hábito" (RESENDE, 1991a, p. 30).

Foram essas duas apreciações escolhidas por Maria Efigênia e Roberto Barros para a abertura da sua entrevista ao professor, apresentando-o como "um dos mais respeitados historiadores do Brasil". Em comentário a sua tese de livre-docência "Política econômica do governo provincial mineiro", Maria Efigênia atribui ao professor, um *padrão de qualidade inédito na historiografia sobre Minas Gerais*, isso porque, em suas palavras, ele "reunia a pesquisa de fontes primárias a uma escrita apurada, de intérprete da história" (RESENDE, 1991a, p. 30). Iglésias representava para a geração a qual Efigênia se vincula a síntese ideal dos modelos de produção historiográfica postos em circulação, na segunda metade do século XX: crítica e interpretação histórica baseadas na necessária reflexão teórica associada a um extenso fôlego documental, organização das fontes e muito trabalho de arquivo.

Na trajetória e na produção de Maria Efigênia sobre Iglésias, também há a figura do "mestre" sendo elaborada e mobilizada nos fios de sua memória. Na tentativa de produzir um perfil historiador, é diante da obra de Francisco Iglésias

¹⁴ Em geral, os textos sobre Iglésias foram apresentados em cerimônias de homenagens, eventos na área de Economia e História, e em círculos de sociabilidade intelectual. Dentre eles: RESENDE, 1991a; RESENDE, 1997; RESENDE, 2002.

que ela parece reivindicar a construção do seu próprio repertório. Ao dar-lhe contornos específicos, ao posicionar a produção do autor, ao lhe atribuir características, a reivindicar sua pertinência, ou mesmo ao figurá-lo como responsável por colocar a historiografia mineira na rota da historiografia nacional, destaca o peso de seu trabalho acadêmico combinando-o às virtudes que lhe alçaram ao lugar de mestre.

Durante sua entrevista, Iglésias enfatiza a memória afetiva relacionada à Faculdade de Ciências Econômicas, marcando-a como sua "escola de eleição" (RESENDE, 1991a, p. 31). Já aposentado, referindo-se ao curso de história da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (FAFI-MG), afirma que é "um curso ainda muito precário" (p. 32). "Improvisados" foi a expressão utilizada para se referir aos seus professores na graduação, que, na sua avaliação se destacavam pela boa oratória, mas pela baixa qualidade das aulas. É nesse lugar de crítica ao curso de história da UFMG e de explicitação de vínculos muito mais fortes com a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e com o Departamento de História da USP, que Iglésias posiciona sua narrativa. Não sem razão. Preterido pelo professor catedrático Antônio Camilo de Faria Alvim na destinação da vaga da cadeira de História do Brasil, Iglésias manteve-se na Faculdade de Ciências Econômicas.

Dando os traços de suas concepções historiográficas, Iglésias defendeu a relevância da história social, como "o que importa", em dura crítica à chamada "velha historiografia, quase exclusivamente política" (RESENDE, 1991a, p. 34). Ao lado disso, demarcou características que considera relevantes em um texto histórico: o esforço da síntese (elogiando a primeira edição de *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro), além da originalidade e objetividade (cujo exemplo retoma em *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal). Contudo, foi ao tratar das relações entre História e Economia que Iglésias demarcou um longo debate no interior das ciências sociais em torno das fronteiras disciplinares: "A Economia é uma ciência mais estruturada. A História, ao contrário, não está bem constituída, como ciência, até hoje" (p. 33). A busca pela científicidade da História marcou os debates historiográficos, sobretudo, após sua inserção nos quadros na historiografia acadêmica universitária (SANTOS, 2017, p. 129-171).

Para Iglésias, os instrumentos de análise, com o auxílio de outras disciplinas (sociologia, economia, antropologia, política etc) forneceriam o

caráter de pesquisa às preocupações históricas. Também porque estando fora do departamento de história, poderia se perguntar, desde um outro lugar, sobre o que seja história ou o trabalho do historiador. Desse modo, na Economia ele se servia de modelo de produção historiográfica que tentava se aproximar da "verdadeira historiografia" ou daquela que buscava alcançar, em suas palavras, "o ideal científico da mensuração e da objetividade" - um *tópos* historiográfico naquele momento (RESENDE, 1991a, p. 33).

O tom de crítica ao curso de História, de apresentação dos livros (obras já clássicas, na década de 1990, como Jean Delumeau, Gilberto Freyre e Karl Marx), de discussão das influências historiográficas e suas perspectivas teóricas, parecia não levar tanto em consideração que sua entrevistadora era professora de História do Brasil, no Departamento de História, há quase três décadas. Embora estivesse à sua frente, talvez não fosse Maria Efigênia sua interlocutora mais imediata.

Foram esses os temas que mais apareceram na entrevista: os professores do ensino secundário; a Faculdade de Filosofia; a forte relação com a literatura; a interdisciplinaridade; a influência da *École des Annales* e de Karl Marx na historiografia;¹⁵ a pesquisa histórica, o ensino de história na graduação e a emergência da pós-graduação; as preocupações historiográficas; e a reflexão sobre o tempo presente. Ao compararmos os temas das perguntas dirigidas a Iglésias constatamos muita semelhança àquelas que Maria Efigênia se fez, ao escrever seu Memorial Acadêmico para professora titular, no final daquele mesmo ano. Como se rastreasse no tempo e na trajetória de Iglésias, questões que ela mesma se colocava, preocupações que a acompanharam ao longo de sua vida profissional (RESENDE, 1991b). Assim, ela parece unir o tempo do "mestre" ao seu próprio tempo.

É só no texto publicado em 2002, já após a morte de Iglésias, que Maria Efigênia explicita o que ela entende por "obra", afirmando que a obra historiográfica de Iglésias espelha suas reflexões teóricas e suas experiências de vida. Um espelho que é também, em alguma medida, o dela própria. É da

¹⁵ No texto de 1997, de homenagem a Iglésias, Efigênia retoma a crítica a respeito de rumos equivocados que, algumas vezes, as pesquisas históricas tomaram no Brasil, sob influências externas absorvidas sem critério.

vida do "homem concreto", como ela mesma diz, que a historiadora parte para pensar os textos históricos do autor.

"Introdução à historiografia econômica" (1959), "Periodização do processo industrial no Brasil" (1963), "História e Ideologia" (1971), são os principais trabalhos de Iglésias que marcam a produção da professora.¹⁶ A concepção de Iglésias sobre história e o tempo presente e modo de interpretação da história da historiografia aparecem recorrentemente na narrativa de Maria Efigênia.

Nesse aspecto, a abordagem de Maria Efigênia em torno da memória de Francisco Iglésias distancia-se, em parte, daquela que Alice Canabrava elabora para Fernand Braudel. Efigênia considera a obra de Iglésias, entendida como o "homem" e sua "produção".

Em suas palavras: "foi nessa obra destinada a introduzir seus alunos de história econômica nos meandros da historiografia econômica (...) que muitos de nós firmamos nossas bases conceituais para o entendimento da historiografia". A Historiografia é aqui compreendida como "a história da produção da história sobre o econômico no Brasil" (RESENDE, 1997, p. 7).

Ainda nesse texto, Maria Efigênia sintetiza em tom elogioso as marcas fundamentais de um "perfil ideal" de atuação vinculando-o ao historiador: "Francisco Iglésias representa, de maneira exemplar, o profissional dedicado, o intelectual participante e o escritor da história dotado de profundo refinamento teórico e notável capacidade interpretativa." (RESENDE, 1997, p. 5). Era a interpretação histórica obtida por meio de análise e crítica das fontes, o tom de elogio, mas também de valorização de um modo de produção historiográfica, do qual participam o ensino e a pesquisa. Mais tarde, Maria Efigênia o define como "o modelo de historiografia acadêmica", de "erudição e crítica aguçada".¹⁷ Unindo as características desejáveis a produção da história, características de um modelo.

Contrária ao enquadramento regional a que muitos trabalhos foram submetidos, sua narrativa localizou a obra de Iglésias atribuindo-lhe ressonância

¹⁶ As obras são citadas recorrentemente nos textos de Maria Efigênia sobre Iglésias (RESENDE, 1997, 2002; CARVALHO & RESENDE, 1991).

¹⁷ O texto foi ampliado após sua apresentação no IX Seminário sobre Economia Mineira, em 2000. Originalmente, havia sido publicado no livro *Presença de Francisco Iglésias*, organizado por João Antônio de Paula, em 2001.

e importância nacional. Fez isso sob forte impacto das críticas aos trabalhos "paroquialistas" que circulou naquele período e que, de algum modo, enquadrou sua própria obra.¹⁸ A persona acadêmica, valorizada por seu brilhantismo, funda o autor como uma espécie de "pai" da historiografia acadêmica de Minas Gerais, inscrevendo-o ao mesmo tempo na órbita da historiografia nacional, "na vanguarda do que se considera a melhor historiografia produzida no Brasil" (RESENDE, 1997, p. 6). Na figura do professor, ela o compara a José Honório Rodrigues, reunidos em torno de uma preocupação em comum: a historiografia como objeto de análise no que concerne ao esclarecimento conceitual, teórico e metódico associado ao "conhecimento dos fatos".¹⁹

Esses três textos, aqui discutidos, somados aos investimentos memoriais realizados por Maria Efigênia, sobretudo na escrita de seu Memorial para o concurso de professora Titular, permitem-nos delinejar os traços dessa influência: no reconhecimento ao papel pioneiro de pesquisa de Iglésias, valoriza o exercício como parte importante do seu próprio trabalho. Mas não qualquer pesquisa. Aqui há um apelo a uma produção de forte base empírica, que incorpora "todo documento possível", que não seja ensaística, que ressalte o dever de uso dos clássicos e preocupada com o presente (RESENDE, 1991a, p. 36-37). O olhar a uma reflexão teórica que não seja meramente abstrata (tal como era os termos da crítica às ciências sociais) retoma também um olhar atento para a historiografia, ao mesmo tempo que dispensa a ideia de que algo "está superado".²⁰

Se de um lado o trabalho acadêmico impressiona Maria Efigênia por sua engenhosidade, por outro são as características e virtudes pessoais que consternam sua narrativa. "De profunda formação humanística", "professor carismático", para a professora, a obra de Iglésias "revela o professor

¹⁸ Em diferentes momentos da entrevista, como em outros textos sobre o autor, Efigênia o descreve como historiador do "Brasil", numa tentativa de inscrevê-lo para fora dos limites regionais de Minas Gerais.

¹⁹ "Iglésias trabalha na mesma linha que José Honório Rodrigues. Este, com sua Teoria da história do Brasil, publicada em 1949, cuja temática é inédita em língua portuguesa, lembrava ao historiador que, "na história, como em qualquer ciência, os progressos referentes ao esclarecimento conceitual, teórico e metódico são tão necessários quanto os relativos mesmo ao conhecimento dos fatos" (RESENDE, 1997, p. 7).

²⁰ Nas palavras de Iglésias: "Sem haver um pouco de teoria, o trabalho do historiador fica muito ralo, como um catálogo de telefone, um monte de nomes e datas que não se concatentam. Ficar só na teorização, na metodologia, também não é possível. Porque a história não é só metodologia" (RESENDE & CARVALHO, 1991, p. 38).

preocupado em criar as condições para um ensino de alta qualidade". O historiador, o professor e o homem formam a base de elaboração para sua interpretação histórica (RESENDE, 1991a, p. 36-37).

Na apreciação de Maria Efigênia, Iglésias parecia reunir os atributos éticos necessários a um homem e a competência intelectual necessária a um historiador. Nesse contexto, a demarcação de uma política de reconhecimento de uma obra, tanto valorizada pelo conteúdo, como pelos atributos éticos, morais e estéticos do seu autor, caracteriza não só o momento específico em que sua narrativa se insere, mas um modelo de atuação e de concepção historiográfica, determinantes em uma época.

Práticas de pesquisa, concepções em torno da escrita da História, personalidade acadêmica e virtudes não se dissociam, na valorização e discussão da trajetória de Iglésias. Ainda assim, outras características são proeminentes: a relação entre História e tempo Presente – "homem atento ao presente" (RESENDE, 1997, p. 8). Essa defesa apaixonada do historiador atento ao presente remete-nos a uma profissionalização da disciplina que não abandona uma relação emocional diante do ofício, como se correspondesse a uma postura diante do mundo.

É assim que no final de seu texto, em homenagem ao autor, que Efigênia anuncia o último livro de Iglésias, no final da década de 1990: "com essa obra, ele cobriu uma imensa lacuna na historiografia brasileira e, *com mão de mestre*, tornou acessível a um grande público um livro indispensável à compreensão da história política do País." (RESENDE, 1997, p. 8).

As escolhas memoriais que conduzem sua narrativa resultam de práticas e políticas de memória efetuadas pelas instituições universitárias, ao mesmo tempo que corresponde a um exercício de interpretação, no interior de uma disciplina. Esse duplo caráter confere características próprias ao texto que Efigênia produz, não sem as marcas do seu tempo e a tentativa de circunscrever um lugar para si, em meio às concepções, identidades e discursos que caracterizam a vida e obra de Francisco Iglésias.

Finalmente, no traço que sintetiza os usos do passado na obra de Iglésias, destacado por Maria Efigênia, a História é obtida dentro de uma constante preocupação com o presente. Segundo a professora: "o passado não é uma relíquia a ser reconstituída, e sim uma forma de compreender o presente, de

atuar na sociedade contemporânea. A História, assim concebida, é a sua paixão - e a de tantos leitores que sua escrita não se cansa de conquistar" (RESENDE, 1991, p. 30). Certamente, Maria Efigênia era uma dessas leitoras, conquistada pela escrita do "mestre".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de Braudel e Francisco Iglésias, Alice Canabrava e Maria Efigênia partilham uma operação semelhante, ao conformarem uma ideia do “historiador ideal” tanto por seus trabalhos historiográficos, quanto por suas virtudes pessoais. É a forma de “ser historiador” e não somente as práticas cotidianas de produção da história, que constitui o foco das suas narrativas. Desse modo, as performances corporais e escriturárias não podem prescindir da memória como espaço de elaboração dessas figuras e identidades historiadoras.

As memórias disciplinares são responsáveis por certos processos de sacralização de objetos e sujeitos de pesquisa, produzindo identidades em conformidade a um *éthos* do historiador ideal (GUIMARÃES, 2005, p. 32). Como no apreço de Alice por Braudel, ou de Maria Efigênia por Iglésias, percebemos que maneiras arquetípicas de ser historiador estão prescritas nas identidades que concedemos aos sujeitos. Nesse processo, ignora-se, quando se lê as identidades de forma rígida, que elas são alternativamente instituídas e abandonadas (BUTLER, 2020, p. 42).

Uma história intelectual comprometida com a complexidade das experiências dos sujeitos deve, sobretudo, atentar-se ao caráter transitório, situacional e social das identidades. De modo que, essas reflexões, implicadas com a superação dos constrangimentos impostos a diversos sujeitos subalternizados, seja na sua consideração como objetos de análise ou na defesa deles como produtores da história, precisam superar uma reduzida história das ideias, levando em conta também fatores sociológicos que conformam o campo intelectual (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012). Portanto, mobilizar o gênero como categoria de análise é fundamental no entendimento de que ele atua enquanto elemento estruturante das relações desiguais, também entre os(as) historiadores(as) universitários(as) (SCOTT, 1990).

Vale lembrar que a construção das memórias envolve um duplo processo que transita entre a lembrança e o esquecimento. Essas identidades, que se formam em coerência com uma memória disciplinar mais extensa, acabam por promover uma universalização daqueles que elas dizem representar, ignorando a multiplicidade de formas de ser historiador(a).

Longe de serem suficientes para compor uma totalidade ou uma identidade historiadora acabada, o que podemos ensejar por meio desses textos é vislumbrar suas intenções mais imediatas e aquelas formas menos evidentes de posicionar um autor e sua obra, como parte de uma experiência de formação e de configuração de experiências historiadoras, regidas por práticas generificadas no interior de uma disciplina.²¹

O estudo da obra de uma mulher historiadora, e da sua produção memorial como parte dessa obra, implica reconhecer, quando não sugerir, um deslocamento que repensa (e não só amplia) os critérios que definem as possibilidades das produções historiográficas em suas múltiplas formas, suportes, traços, temporalidades e manifestações.

A memória constituída em torno de Maria Efigênia também a veste, continuamente, com roupas elegantes, postura esguia, mãos grandes, gesticulação marcante e altura notável, um corpo cuja presença parece se impor antes da palavra pronunciada.²² As performances corporais, como aquelas que seduziram Alice Canabrava pela figura de Braudel, ou aquelas escolhidas para caracterizar Francisco Iglésias, também compõem um corpo para as historiadoras que se orientam pela “obra” dos seus mestres.

REFERÊNCIAS

BEARD, Mary. **Mulheres e poder:** um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

²¹ O historiador masculino, abstrata e materialmente, é o ponto de chegada de toda uma construção discursiva que legitimava alguns como produtores do conhecimento (RAGO, 1998).

²² No conjunto das entrevistas realizadas com colegas, ex-alunas(os), ex-orientandas(os) de Maria Efigênia, quase todas destacam aspectos corporais e estéticos envolvidos na apresentação da figura de Maria Efigênia.

CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**. São Paulo, n. 88, 1971.

CANABRAVA, Alice P. Minhas Reminiscências. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

CANABRAVA, Alice P. **História Econômica**: Estudos e Pesquisas. 1º edição. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. **Pesquisa sobre Mulher no Brasil**: do limbo ao gueto? São Paulo, Cadernos da Fundação Carlos Chagas, n° 54, ago./1985.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese), Instituto de História – UFRJ, 2018.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FGC, 2012.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A escrita da história entre dois mundos**: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961). 2014. Programa de pós-graduação em História (Dissertação), FFCL/UNESP, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

KUCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia. A Categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**: essays on theory, film, and fiction. (theories of representation and difference). Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. **Revista de História**. São Paulo, v. 146, 2002.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtue Language and Boundary Drawing in Modern Brazilian Historiography: a Reading of Historians of Brazil, by Francisco Iglésias. In: **História da Historiografia**. v. 12, n. 30, maio-ago, ano 2019, p. 44-70.

PAUL, Hermann. **Self-Images of the Historical Profession**: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. n. 59-60, 2011a. p. 157-170.

PAUL, Hermann Fathers of History: Genealogies of the Historical Discipline.
Storia della Storiografia, n. 59-60, 2011b, p. 224-230

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal.** Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

POSSAS, Lidia. **GT Estudos de Gênero/ANPUH**: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). Hist. R., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.11, 1998, pp.89-98.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; CARVALHO, Roberto Barros de. Francisco Iglésias, o escritor da história. In: **Ciência Hoje**. Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 13, n. 73, jun/1991a. Entrevista.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Memorial**. Concurso para o cargo de professor titular. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1991b.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Homenagem ao professor Francisco Iglésias. V Semana de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Varia História**. Belo Horizonte: n. 17, mar/1997, p. 5-8.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Francisco Iglesiás: vida e obra. In: **Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte, v. 24, n. jun/ago., p. 275-300, 2002.

SANTOS, Alessandra Soares. **Francisco Iglésias**: a história e o historiador. São Paulo: Alameda, 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. Rosa Freire D'Aguiar (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria de análise histórica". In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 63-84, 1994.

VENÂNCIO, Giselle. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Recebido em 31-01-2024.

Aprovado para publicação em 08-11-2024.